

Da Gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX

Fabiana Dias
Mestre em História – PPGH UERJ
E-mail: fabl.uerj@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo lançar luz sobre as nuances que compuseram as letras setecentistas e oitocentistas no Brasil, centrando o debate nas perspectivas antiquária e moderna da história. Para tanto, são tomadas como escopo algumas associações literárias européias, como o Instituto Histórico de Paris e a Academia Real da História, bem como expoentes da produção intelectual coletiva do Brasil, tal qual a Academia Brasileira dos Esquecidos, a Academia dos Renascidos e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Palavras Chave: Antiquariado; Academicismo; Historicismo; IHGB

ABSTRACT

This article aims to shed light on the nuances that made up the letters in the eighteenth century and nineteenth-century Brazil, focusing the debate on the prospects of antique and modern history. This idea will be taken as some scope literary associations of Europe, as the Historical Institute of Paris and the Royal Academy of History, as well as exponents of the collective intellectual output of Brazil, like the Brazil of the Oblivious Academy, the Academy of the Reborn and the Institute of History and Geographic Brazilian.

Key words: Antiques; Academicism; Historicism; IHGB

Fosse em Paris, Berlim, Estocolmo, São Petesburgo (BODECKER, 1999, p.261), ou mesmo em Portugal, a primeira metade do século XVIII viu “o erudito (ou o douto) conquistar um lugar explícito na sociedade.” (MOTA, 2003, p.45) Nesse movimento, as redes de intelectuais foram se institucionalizando em academias, estruturadas de maneira semelhante, desde o leste europeu à península.

Contempladoras dos saberes de um tempo em que a história ainda não desfrutava o status de disciplina, as academias converteram a individualidade do labor erudito em atividade coletiva. A organização do trabalho intelectual em academias

passou, então, a impor a coexistência de posicionamentos, em detrimento da figura “do gênio do investigador solitário ou do profeta”. (MOTA, 2003, p.45)

Compartilhando saberes e produzindo conhecimento, esses acadêmicos incursionavam por temas amplamente diversos. Ciências naturais, humanidades e artes ocupavam o intelecto dos tais eruditos, então associados. Nesse cenário, a história era pensada de acordo com as tradições antiquárias do colecionismo, trabalho árduo de acumulação, que alheio ao utilitarismo, destinava-se à erudição.

Os ramos da pesquisa erudita, como a filologia, a cronologia e a arqueologia instrumentalizavam a produção do saber de dimensão universalista, assim, os mais variados assuntos eram abordados como objeto desses letrados que reuniam-se com a finalidade de “comunicarem as suas luzes mutuamente, e promoverem as artes e ciências, comunicando-as ao público.”¹

No Brasil colonial, apesar dos cerceamentos impostos por essa condição, o característico movimento letrado do século XVIII também floresceu. Instituídas majoritariamente na capital Salvador e no Rio de Janeiro, as Academias Brasilícas foram marcadas pela tensão peculiar entre pertencer ao império português e transbordar as fronteiras simbólicas dessa dependência.

Das associações literárias da colônia, as que esboçaram um projeto corporativo de escrita da história da América Portuguesa foram a Academia Brasilíca dos Esquecidos e a Academia Brasilíca dos Renascidos. A primeira, fundada em 25 de abril de 1724 em Salvador, sob os auspícios do Vice-Rei D. Vasco Fernandes Cesar de Meneses, tinha como objetivo principal o estudo da história do Brasil. Entretanto, suas atividades não desfrutaram de longevidade suficiente a essa empreitada, pois cerrou suas portas em 4 de fevereiro de 1725. Já a Academia do Renascidos, inaugurada em Salvador no ano de 1759, sob o patrocínio do Desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, tinha propósitos mais definidos, o principal deles era “editar a História Eclesiástica e Secular, Geográfica e Natural, Política e Militar da América Portuguesa”,² ambição que,

¹ Ver verbete correspondente à *Academia* em Antonio de Moraes Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5ª Edição, tomo I, Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844.

² Sobre as Academias fundadas no Brasil do século XVIII, ver: *Novo Dicionário de História do Brasil*. Organizado pelo Departamento Editorial das Edições Melhoramentos, 1970, p. 22.

mesmo sob a proteção do Marquês de Pombal, não pôde ser realizada, pois seu exercício foi suspenso já em 1760, por conta do desterro de seu fundador e presidente.¹

Transformada em trunfo no jogo de concessão de mercês, a escrita da história, agenciada pelos setecentistas *Esquecidos* e *Renascidos*, compartilhava de prerrogativas semelhantes àquelas das academias do Antigo Regime europeu, pois “uma parcela significativa dos acadêmicos renascidos dispunha das mercês de propriedade de ofícios nas provedorias, cartórios, câmaras, e secretaria de governo.” (KANTOR, 2004, p.162)

A prática acadêmica de homenagear os mecenas, na Academia dos Renascidos, recaía sobre aquele que, na função de homem de Estado, incentivava a relativa autonomia das associações literárias coloniais. Homenageado pelos *Renascidos* como seu Protetor, o Marquês de Pombal recebia os elogios comumente dispensados pelos letrados àqueles que os apoiavam institucional e pecuniariamente. As academias reservavam, ainda, fôlego ao enaltecimento dos natalícios régios, celebração essa adotada também pelo Instituto, desde seu primeiro ano de atividades, quando a Proteção Perpétua do Imperador já havia sido concedida ao labor intelectual oitocentista.

O sentido que havia para os *Renascidos* em redigir memórias baseadas na arrecadação de materiais comprobatórios, se assemelharia ao que o Instituto, mais adiante, iria adotar. Na acepção das academias ilustradas, as memórias deveriam servir como etapa preliminar à escrita efetiva da história, exercício no qual pontuais aspectos de determinada realidade eram abordados sob a forma narrativa. Partilhando de tais prerrogativas, os *Renascidos*, mesmo pautados por usos da história alheios à disciplinarização do campo e por objetivos desprovidos da ambição nacionalista, defendiam que “depois de concluídas as memórias históricas, se há de compor a História Latina, que se dividirá entre os acadêmicos seguintes, e os mais que então parecer conveniente.” (RIHGB, 1839, p.97)

No entanto, há de se fazer uma distinção entre os *programas* e as *memórias*. Embora ambos parecessem concorrer para a futura escrita da história, eles se diferenciavam, sobretudo, pelo fato das *memórias históricas* aventarem títulos afirmativos e gerais, enquanto os *programas* versavam sobre temas pontuais, carregados de dúvida. Tanto uma quanto outra formulação davam forma aos conteúdos

¹ Sobre as Academias fundadas no Brasil do século XVIII, ver: *Novo Dicionário de História do Brasil*. Organizado pelo Departamento Editorial das Edições Melhoramentos, 1970, p. 22.

ditados por questões contemporâneas. Todavia, os *programas* eram dotados da especificidade de dirimir dúvidas cobertas pelo véu do tempo, de sanar problemas postos pela atualidade e de definir a metodologia que os auxiliaria no dever maior de produzir uma história para a nação que se inaugurava, enquanto que as *memórias*, numa acepção recuperada das academias ilustradas, miravam formar uma coleção que condicionasse a escrita de uma história geral.

Seminalmente tratada no Brasil, de forma institucionalizada, pelas exponenciais Academias dos *Esquecidos* (1724) e dos *Renascidos* (1759), a história, em consonância com o momento político da América portuguesa, iria se ajustando ao que se delineava como consensual à elite erudita do país. Superando o jugo metropolitano e em precisa afinação com as práticas associativas européias, a tendência ao elogio hiperbólico e palavroso constituía o universalismo clássico dessas academias brasílicas que, fazendo uso rigoroso da pauta retórica, interessavam-se pelos domínios característicos da formação humanista. (SOUZA, 1999, p.23)

Almejando fazer uma História da *Nova Lusitânia*, os *Esquecidos* não tiveram tempo hábil a realizá-la, entretanto os *Renascidos*, um quarto de século depois, se proporiam a escrever a *História Universal da América Portuguesa*, o que indica que as academias brasílicas construíram uma experiência subversiva dos limites territoriais oficiais, em privilégio da unidade forjada pelas “articulações econômicas e sociais de alcance regional e macrorregional.” (KANTOR, 2004, p.161)

Não obstante, se na França ilustrada a história serviu à propaganda ou à legitimação de determinado governante no poder e, se no Portugal ela se prestou a difundir a trajetória eclesiástica e secular pelo reino e seus domínios, no Brasil colonial do século XVIII ela “projetou a unidade política do território americano, heroicizou as origens mestiças dos primeiros povoadores e imaginou o passado como profecia do futuro.” (KANTOR, 2004, p.18)

Segundo Bodecker, a organização dos saberes nos séculos XVII e XVIII, no caso das academias européias, foi consideravelmente condicionada pelo aparato estatal. (BODECKER, 1999, p. 259-60) A despeito de ter se estruturado em meio a uma sociedade colonial, a República das Letras que se delineou na América portuguesa e suas tantas associações científico-literárias parecem ter desfrutado de mecenato semelhante ao dispensado pelos soberanos europeus. Como compensação aos incentivos reais, as academias setecentistas utilizavam a história como veículo legitimador de determinada

vertente política. Nessa perspectiva, a história era tanto mais evidente nas temáticas das academias, quanto mais ela era necessária à justificação de determinado governante no poder. Assim, parece que mesmo o utilitarismo não sendo um imperativo setecentista, o século ilustrado testemunhou o recorrente uso erudito da história ceder espaço a uma história pragmática. (GUIMARÃES, 2002, p.188)

Desse modo, os estatutos do antiquariado foram caindo em desuso e, com o adentrar do século XIX, deram lugar à crescente metodização e profissionalização do labor historiográfico. Nessa longa transição, a intensidade com que os diferentes usos eram apropriados variou de acordo com o espaço, com as filiações, e com as intenções dos autores.

No caso do Instituto Histórico de Paris, fundado em 1833, eram os códigos setecentistas que conduziam seus propósitos. Vinculados “às heranças da história filosófica com pretensões universais, própria da cultura do dezoito”, (GUIMARÃES, 2002, p.191) os companheiros de Eugene Garay de Monglave, dedicavam-se à atividade historiográfica como um trabalho de erudição, prática na qual o debate e difusão dos resultados restringiam-se aos próprios confrades. Todavia, deparando-se com a utilização crescente da história como recurso autenticador da Nação pós-revolucionária, o *Institute* presenciou a disputa entre distintos usos desse ramo do conhecimento: o asseverado em sua fundação e o impugnado pelas circunstâncias contemporâneas.

Alguns dos que mais tarde viriam a compor os quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Araújo Porto-Alegre, Gonçalves de Magalhães e Torres Homem, presenciaram a crise institucional experienciada por seus pares no âmbito do Instituto parisiense. Sob a regência de Chateaubriand e Ferdinand Denis, esses brasileiros absorveram as influências de um nacionalismo romântico e trataram, mais tarde, sobretudo enquanto literatos vinculados ao mecenato imperial, de adaptá-las às demandas de um Brasil desprovido de um elemento original.¹

Pouco tempo depois, os mesmos vultos reconheceriam no curso das atividades do Instituto Brasileiro aquela tensão entre as acepções tradicionais e o pragmatismo moderno na feitura da história. O Visconde de São Leopoldo, por exemplo, defendia os métodos e usos das academias – sobretudo aqueles levados a cabo pela Academia das

¹ A esse respeito ver Afrânio Coutinho. A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira. RJ: Livraria Jose Olympio Editora, 1968, p.66. Ver também: Manoel Luiz Salgado Guimarães. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, p.184-200.

Ciências de Lisboa como inspiração para o Instituto que presidia. Por outro lado, Januário da Cunha Barbosa, em discurso proferido na inauguração do IHGB, vinculava os propósitos da agremiação a concepções pragmáticas, nos seguintes termos:

(...) nossa associação, [se] encarrega, como em outras nações, **de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria**, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhe aglomeram a parcialidade, o espírito de partidos e até mesmo as ignorâncias. (o grifo é nosso) (RIHGB, 1839, p.11)

No entanto, e como expressão de um franco processo transitório, o mesmo Cônego Januario, ao lado de seu consócio *Auxiliador* Marechal Raimundo José da Cunha Matos, por ocasião da proposição do projeto de criação do Instituto Histórico, argumentaria a favor de uma instituição difusora da razão e do conhecimento, que visasse o bem público e que, ainda servisse ao Estado em suas aspirações. Erudição e pragmática parecem, portanto, coexistir nas seguintes palavras dos dois emblemáticos fundadores:

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros. (RIHGB, 1839, p.5-8)

O Visconde de São Leopoldo no *programa histórico* que apresentou com o título “O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das idéias da Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente?”, faz referência às academias brasílicas, estabelecidas no século anterior ao seu, convertendo o seu legado em diretrizes a serem adotadas pelo Instituto que se fundava. No que concernia à forma, a agremiação oitocentista de fato se inspirou em suas antecessoras ilustradas, entretanto, no que dizia respeito aos usos do saber, o Instituto, como pudemos verificar a partir das intenções do Cônego e do Marechal, conciliou heranças e aspirações em uma operação extremamente peculiar.

Se em França a presença da história nas academias se dava de maneira coadjuvante, sem que houvesse uma delas dedicada essencialmente à história, o Portugal ilustrado viu surgir como expoente do movimento academicista ilustrado, a Academia Real da História (ARH). Ímpar por se dedicar a um campo do conhecimento

que raramente aparecia como uma disciplina autônoma,¹ a associação lisboeta foi instituída no ano de 1720, sob a proteção de D. João V. Sua meta era escrever a História Eclesiástica Portuguesa, pois o Soberano “pensa que o dano da pouca notícia que o mundo tem das histórias de Portugal só se pode remediar mandando escrever a história deste Reino.” (MOTA, 2003, p.188)

Embora regidos por um regime de historicidade diverso daquele compartilhado pelos companheiros de Manuel Caetano de Sousa, o Instituto organizaria suas atividades de modo muito próximo ao da ARH. Os primeiros esboços sobre a instituição da Academia Real da História revelavam a estrutura e a hierarquia, que a sobreviveriam no oitocentos:

(...) que a academia tenha um **corpo numeroso**; que os congressos se façam **de quinze em quinze dias**; que os **Censores se reúnam em Juntas**; e que de tudo **se dê exata conta ao Rei** para que ele esteja informado dos trabalhos e dos progressos que na instituição se fazem. (os grifos são nossos) (MOTA, 2003, p.38)

Do mesmo modo, o IHGB deveria ser integrado por cinquenta sócios efetivos, obrigados a reunirem-se quinzenalmente. As similitudes não cessariam por aí. Tanto na Academia quanto no Instituto, a Mesa Diretora, ou Conselho Geral, seria composto pelo Presidente, pelos Vices e pelo Secretário Perpétuo, esse último cargo invariavelmente atribuído a uma personalidade eminente. Até mesmo as Comissões estabelecidas pelo Instituto com o fim de avaliar os documentos e os trabalhos enviados por sócios ou não sócios inspiravam-se nas Juntas de Censores das academias. Havia, ainda, a proteção real como aspecto comum a ambas associações letradas.

As Juntas ou as Comissões expressam como, desde os setecentos, a produção do conhecimento vinha se tornando uma produção coletiva.² Tanto no século XVIII como no XIX, os avaliadores regulavam a produção intelectual dos associados nos aspectos quantitativo e qualitativo e, em verdade, se constituíam como a direção efetiva das academias, na medida em que “os assuntos já vinham ajustados da Junta de Censores, visto que era aí que se conferia e ajustava tudo o que havia de se tratar na sessão plenária seguinte”.(MOTA, 2003, p.40) Tal impessoalização da produção do saber se

¹ Ver Daniel Roche. *Les Republicains des lettres: gens de culture et lumière au XVIII siècle*. Paris: Fayard, 1988, p.174.

² Ver Blandine Barret-Kriegel. *Les Academies de l'histoire*. Paris: PUF, 1988, p.9.

refletia, ainda, nos pareceres redigidos pelos censores, na medida em que não eram asseverados individualmente.¹

A prática de assinar juízos e pareceres conjuntamente também foi adotada pelo IHGB. No entanto, lá já se expressava a profissionalização do campo historiográfico, posto que os vetos privilegiavam não apenas questões políticas, como também problemas do método histórico.

Como é possível notar através da adjetivação de *Real*, as funções da Academia lusitana eram balizadas pelas prerrogativas inerentes a um órgão de Estado, tanto assim que, o objetivo primordial da “proteção” oferecida pelo Monarca era o de promover “a glória da nação no país e no estrangeiro.” (MOTA, 2003, p.38) No caso do Instituto, agraciado por proteção semelhante, a relação com o monarca e o compromisso com o Estado se efetivavam, sobretudo, através dos cargos ocupados pelos sócios nos altos escalões do governo.

Na Academia Real, a relação estabelecida entre os financiamentos aprovados pelo Rei e a autonomia na escritura dos trabalhos se desencadeava de maneira mais complexa do que se poderia supor à primeira vista. Curiosamente, a intervenção do monarca na Academia se dava sempre no sentido de aliviar os percalços postos por um Estado atravancado pelos desmandos da Inquisição. Somente por meio desse “cuidado Real” à Academia foi possível discutir e levar ao prelo aquilo que não era autorizado a subir pelas ladeiras de Coimbra. Determinando a abertura de arquivos e a remessa à Academia de documentos dos mais diversos domínios do Império lusitano setecentista, D. João V integrava, em companhia dos acadêmicos, uma rede de interdependência e poder onde ambas as partes cediam em favor de seus interesses.

Logo que instituído sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Instituto Histórico tratou de solicitar a proteção do herdeiro do trono. Vinculado ao monarca adolescente já no seu primeiro ano de exercício, o IHGB, através de seus dirigentes, não apenas manifestava gratidão como também reconhecia as implicações daquele mecenato em suas atividades:

A nossa literária associação, sensível a tanta honra, achará sempre na recordação destes grandes favores, motivos bem justos para desempenhar fielmente os gloriosos fins a que se endereça por seus estatutos. (...) A História agradecida a tão Augusta proteção, empenhará sua pena em eternizar em

¹ Ver Roberto Acízelo de Souza, *O Império da Eloquencia. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 1999, p.20.

páginas indelévels o nome e os feitos do monarca, que à honra na Terra de Santa Cruz. (RIHGB, 1839, p. 273-4)

O duplo movimento de acumular documentos de valoração comprobatória e redigir memórias históricas fez parte da rotina de atividades, tanto da Academia Real da História quanto do Instituto Histórico.¹ Sobre tal maneira de conduzir os momentos precedentes à realização da escrita da história em si, Manuel Caetano de Sousa, no discurso de inauguração da Academia, denunciou os obstáculos que haveriam de enfrentar no empreendimento que iniciavam:

Oferei a Sua Majestade um largo papel, no qual expus todos os meios, que me pareceram mais proporcionados para se conseguir brevemente este fim; os quais todos se reduzem a dois que são ajuntar manuscritos, e convocar Escritores. Acrescentando eu que para uma e outra coisa era necessário o poder Real, porque sem ele não se abrem os arquivos, nem se descobre o que neles está... E sem o impulso soberano não se podem unir muitos engenhos a compor uma só obra, e que para isto se poder conseguir era necessário formar-se uma academia. (RIHGB, 1839, p.39)

Contudo, o Instituto não seria o pioneiro, em terras luso-americanas, a operar sobre o passado dessa forma. A Academia dos *Renascidos*, receosa da curta experiência tida pelos *Esquecidos*,² fazia menção ao método do qual se valia a Academia Real da História para que sua contribuição “ao estudo da história brasílica e à promoção de certames literários” fosse mais duradoura. Nesse sentido, o vice-rei do Brasil em novembro de 1722 solicitou, através de diversas cartas de ofício aos governadores que dispensassem: “empenho junto às câmaras das vilas, à provedoria e aos cartórios eclesiásticos na coleta da documentação e sugerindo sua reprodução em duas vias e o envio para a Secretaria do Estado com a maior individualização, clareza e brevidade possível.”(KANTOR, 2004, p.91)

A relevância da acumulação de documentos no Brasil oitocentista configurava-se mais trabalhosa do que em Portugal, unificado há seis séculos. Entretanto, em função dos entraves impostos pela Inquisição, a Academia Real da História se via obrigada a recorrer a “Decreto Real, para concentrar milhares de cópias de documentos enviadas das províncias, da Torre do Tombo, das livrarias particulares, e do ultramar.”(MOTA, 2003, p.54)

¹ Ver Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p.60.

² Ver Fabio Mendonça Pedrosa. *Sol oriens in occiduo – contribuições para o estudo da Academia Brasílica dos Esquecidos*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UERJ, Rio de Janeiro, 2001.p. 41.

Enfrentando dificuldades diferenciadas pelo tempo e pelo espaço, Athayde Moncorvo, sócio do Instituto, diante da amplitude do território brasileiro, propôs, como que por uma ânsia em integrar as províncias e por obter o controle central da dispersa documentação, que:

(...) por meio de uma circular se dirija o Instituto aos Exms. Presidentes das províncias do Império rogando-lhes queiram remeter-lhes os relatórios por ocasião das assembleias provinciais (...) e outrossim a coleção das leis provinciais e quaisquer outros documentos que servir possam para a História do Brasil. (RIHGB, 1840, p.154)

A dedicação dos associados do Instituto à consolidação de um arquivo apropriado, que fizesse frente à proposta que os reunia, se cristalizaria com a proposição do *programa histórico* destinado a tratar, especificamente, os mais acertados modos para se obter o maior número de documentos para a História do Brasil. Inspirado nas academias de ciências europeias, o Desembargador Pontes concluiu a favor “das viagens arqueológicas, para desvelar o que ainda não era conhecido, e (pela) formação de comissões para análise dos arquivos públicos ou particulares sobre fatos já mencionados”. (RIHGB, 1841, p.149) O dedicado fundador indicava, assim, os caminhos a serem trilhados pela longa tarefa de se erigir uma história pátria para o Brasil.

Como sócio-correspondente, ao ingressar no Instituto, Varnhagen remetia, recorrentemente, manuscritos e trabalhos críticos de sua autoria, mas percebendo a indispensabilidade de documentos portugueses, sobretudo, à estruturação do arquivo, reclamou ao Cônego Januário: “sobre este assunto devia talvez intervir o governo, que devendo alimentar o espírito de nacionalidade, deve ter presente que são a primeira base talvez desta, a história e o conhecimento do país natal.” (RIHGB, 1839, p.376) Sua preocupação refletia o comprometimento com uma história científica, fortemente amparada pela pesquisa e pela crítica documental, estatutos de um campo do conhecimento que a essa altura se afirmava como disciplina autônoma.

Por sinal, desde que iniciou suas atividades o Instituto se mostrava atento à profissionalização do ofício de historiador. Uma de suas missões era, portanto, reverter os amadorismos historiográficos, através do rígido cotejamento das fontes documentais. Sobre a inadequação de alguns escritos anteriores à fundação do Instituto, o Cônego Januario da Cunha Barbosa lamentaria:

(...) o coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro do peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos de nossa gloriosa independência (...) e já muitos se vão obliterando na memória daqueles

a quem mais interessam, só porque tem sido escritos sem **a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador.** (o grifo é nosso) (RIHGB, 1839, p.11)

No processo de análise das aproximações e distanciamentos entre as agremiações eruditas setecentistas e o IHGB, os *programas históricos* são o elemento de permanência mais representativo, na medida em que constituíram uma prática narrativa adaptada pelos oitocentistas às suas prioridades. Desenvolvidos pelas academias de maneira muito semelhante a que seria adotada pelo Instituto Histórico, dois *programas* dos Renascidos seriam, inclusive, retomados pelo Instituto. O primeiro deles, proposto na sessão de 4 de fevereiro de 1839, pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, indagava "Quais foram os primeiros introdutores de cana, café, tabaco, e outros vegetais de nossa riqueza; em que províncias foram primeiro introduzidos e em que eras?"; e o segundo, retomado pelo próprio Imperador, quando já havia assumido a presidências das sessões, incitava a serem averiguados "Quais as tradições ou vestígios geológicos, que nos levem à certeza de terem havido terremotos no Brasil? ". (RIHGB, 1839, p.91)

Os questionamentos propostos pelos *programas históricos* eram dotados de contornos específicos. Formulados, em sua grande maioria, sob a forma interrogativa, constituíam estratégias argumentativas que instigavam a curiosidade dos presentes à sessão e introduziam os temas de interesse privilegiados para discussão pelos sócios.

Convém assinalar que, desde a Academia dos Renascidos, a prática dos *programas históricos* se efetivava em dois momentos distintos: a proposição e o desenvolvimento. No que concerne aos enunciados aprovados para assunto de dissertação, pode-se dizer que especulavam a favor do que lhes parecia urgente elucidar. Já no que diz respeito à etapa da elaboração do trabalho, tudo leva a crer que as dissertações se configuravam como um reflexo do debate oral travado nas plenárias.

A formulação dos *programas*, por certo, inspirava-se na retórica,¹ mas já introduzia os elementos de um campo disciplinar em formação.² Conciliando essas referências com as demandas que os afligiam, os propositores dos enunciados apresentavam à plenária do Instituto questões que abrangiam tudo o que precisava ser

¹ Ver Roberto Acízelo de Souza. *O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. RJ: Eduerj, 1999, p.28.

² Ver Georg Iggers. *Historiography in the Twentieth Century. From Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover-London, Wesleyan University Press, 1997, p. 27.

esclarecido, visando à escrita da história pátria. Nesse sentido, tanto as “memórias históricas” quanto os *programas históricos* foram expressões de um momento incipiente, em que a modelação do passado, sob a forma de uma história pátria, ainda estava por ser definida. Ambos, enquanto textos inéditos redigidos pelos integrantes dos quadros do Instituto deram conta de alguns dos infundáveis pontos que, cotidianamente, se apresentavam, em estado bruto, à apreciação dos letrados.

Os *programas* aventados nas dependências do Instituto, na forma como eram elaborados os seus enunciados, não transgrediram a tradição, pois formulavam-se a partir de uma estrutura retórica, onde o questionamento e a dúvida estimulavam a curiosidade e o debate. Todavia, no que tange à essência das proposições programáticas, verifica-se a coexistência de permanências e descontinuidades. Conciliando pragmatismo e estatuto científico, os *programas* são expoentes de um século XIX, onde, no movimento da modernidade, as referências clássicas se esvaziaram em função do paradigma historicista que se afirmava, gradualmente, como hegemônico.¹

Enquanto trabalhos autorais dos sócios, os *programas históricos* nos revelam um angustiante esforço dos agremiados pelo domínio de temas tão dispersos e tão vastos, em um momento em que o Instituto ainda garimpava as peças que comporiam o mosaico da História Geral do Brasil, aquela idealizada pelo sócio-fundador Januário da Cunha Barbosa no discurso inaugural,² e, de certo modo, concretizada na obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, dezesseis anos depois.³

Recebido em: 21/09/ 2010
Aceito em: 14/12/2010

¹ Ver Roberto Acízelo de Souza. *O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. RJ: Eduerj, 1999, p.26-7.

² Ver Januário da Cunha Barbosa. Discurso de inauguração do IHGB. In: RIHGB, tomo I, 1839, p.10-21.

³ A *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, de autoria de Francisco Adolpho de Varnhagen foi levada à impressão, pela primeira vez, em 1854. A esse respeito, ver: Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no tropico*. Vol. II. Editora Senac, São Paulo, 2001, p. 76-96.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARRET-KRIEGER, Blandine. *Les Academies de l'histoire*. Paris: PUF, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.
- CORBIN, Alain. *Materieux pour un centenaire. Lê contenu de la Revue Historique et son evolution*. Cahiers n°2 – Institut d'histoire de la presse et de l'opinion, Tours: 161-204, 1979.
- DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-UNICAMP, 2009.
- FERRONE, Vincenzo ; ROCHE, Daniel. *Les Monde des Lumière*. Fayard, 1999.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emilia Viotti da Costa. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
- GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a Lei de 1831 e o “princípio de liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUERRA, François-Xavier ; LEMPÉRIERE, Annick. *Los espacios públicos em iberoamérica: ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2007.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *R. IHGB*, ano. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. *Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no tropico*. Vol. II. Editora Senac, São Paulo, 2001, p. 76-96.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal (Org.) ; PRADO, Maria Emilia (Org.). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. As Luzes para o Império: História e Progresso nas páginas de O Patriota. In: Kury, Lorelai (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, p.184-200, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. Estudos históricos. *Caminhos da historiografia*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.5-27,1988.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

IGGERS, Georg. *Historiography in the Twentieth Century. From Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover-London, Wesleyan University, 1997.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj; Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. *Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX*.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS, UFRJ, 2009.

PEDROSA, Fabio Mendonça. *Sol oriens in occiduo – contribuições para o estudo da Academia Brasílica dos Esquecidos*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* In: ROUNET, Maria Helena (Org). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: Cadernos da Pos/Letras/UERJ, 1997.

RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROCHE, Daniel. *Les Republicains des lettres: gens de culture et lumière au XVIII siècle*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1988.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, “*Os Institutos Históricos e geográficos - Guardiões da história oficial.*” In: _____. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99-140.

_____. “Um Monarca nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II.” In: _____. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 125-157.

_____. “Formando uma cultura local: a ciência sou eu.” In: _____. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Ana Rosa Coclet. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, tomo I. 5.ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844.

SILVA, José Luiz Werneck da, *Isto é o que me parece*. Dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 1979, 2 v.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 1999.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VALE, Renata William Santos do. *Lições da história: as concepções de história dos fundadores do IHGB*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003.

VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

Fontes primárias impressas

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo I ao tomo XX, 1839 a 1857; tomo XXVI, 1863; tomo LXV, 1902.

Estatuto do IHGB. Arq. IHGB. Coleção Teresa Cristina. 7, 2, 3 n°2.